

GÊNERO E POBREZA: ASPECTOS HETEROGÊNEOS E MÚLTIPLAS DIMENSÕES

Teresa Kleba Lisboa¹

Resumo: O artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa realizada junto a 45 mulheres que frequentam os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Florianópolis, e tem como objetivo focar a pobreza a partir de uma perspectiva de gênero, conhecer as demandas e necessidades das mulheres e com base nestas, propor políticas públicas com equidade de gênero. A discussão conceitual de pobreza é vital, pois sua definição determina que indicadores sejam utilizados para a sua medição, assim como o tipo de políticas que serão implementadas para combatê-la. A concepção de pobreza das mulheres entrevistadas sustenta-se em privações sintetizadas nos depoimentos como: falta de trabalho, falta de comida, falta de habitação e falta de estudo. Concluímos que é importante resgatar as mulheres como sujeito das políticas, que as unidades domésticas são centrais para a produção das condições de vida das mulheres pobres e que para sair da pobreza as mulheres deveriam ter acesso ao empoderamento institucional que subentende o acesso a informação; a inclusão e participação nos espaços da esfera pública; direito a prestação de contas por parte dos gestores de políticas públicas; e capacidade de organização local.

Palavras-chave: gênero e pobreza; políticas públicas; empoderamento.

Introdução

“**Uma mulher é considerada pobre** quando não tem como criar os filhos, quando não tem o que comer nem o que vestir”; “quando é separada e não tem como criar os filhos sozinha”; “quando o marido abandona e fica sem alimentação ou adoecer”; “quando está passando necessidade e não consegue arrumar emprego”; “quando o abandono gera enfermidades, angústia e depressão”.

“**Um homem é considerado pobre** quando pede esmola ou mora debaixo da ponte”; “quando é andarilho”; “quando está desempregado ou é dependente químico de álcool ou de drogas”; “quando não quer trabalhar...”; “quando é frouxo e não procura emprego”; “por vontade própria...”.

Este artigo reflete parte dos resultados obtidos através da Pesquisa intitulada “Pobreza Feminina e políticas públicas com perspectiva de gênero na grande Florianópolis”, realizada junto a 45 mulheres que se consideram pobres, atendidas em cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na Grande Florianópolis, de outubro a dezembro de 2012.

A Pesquisa teve como objetivo focar a pobreza a partir de uma perspectiva de gênero, trazer para o debate os diferentes conceitos de pobreza, conhecer as demandas e necessidades das mulheres e com base nestas, propor políticas públicas com equidade de gênero.

O Observatório da Cidadania 2005 dá suporte à afirmação: “a pobreza feminina não pode ser incluída no mesmo enfoque conceitual da pobreza masculina” (Kaber, 1994). É necessário

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE.



decodificar as situações dentro da família, uma vez que nela habitam pessoas que mantêm relações assimétricas e prevalece o sistema de autoridade sustentado pelo poder e a dominação masculina.

Naila Kaber (1994) destaca que para compensar as limitações das medições da pobreza é necessário levar em conta as diferenças entre “ser” e “fazer” dentro da família, pois a vida das mulheres é regida por restrições sociais, direitos e responsabilidades diferentes (e mais complexos) do que os homens. A dinâmica do cotidiano familiar é constituída por relações de gênero e estas tem se edificado sobre relações de poder.

A discussão conceitual de pobreza é vital, pois sua definição determina que indicadores sejam utilizados para a sua medição, assim como o tipo de políticas que serão implementadas para combatê-la. Não será somente a questão econômica ou a renda familiar que capturará as dimensões intrafamiliares da pobreza, pois esta medida assume uma distribuição justa dos recursos entre seus membros, homogeneizando a necessidades de cada pessoa e considerando que todas são igualmente pobres (Observatório da Cidadania 2005).

A Pobreza como um fenômeno multidimensional

Os estudos sobre a pobreza, na grande maioria a têm identificado apenas como ausência de recursos materiais. Entendemos a pobreza como um fenômeno multidimensional, que não se restringe unicamente a esfera material e/ou econômica (salário, alimentação), mas extrapola para as dimensões subjetivas vindas ao encontro das necessidades básicas das pessoas tais como carências de proteção, de afeto, de oportunidades, de segurança, de lazer entre outras. Manfred Max Neef (1986) sugere que se fale de “pobrezas” no plural, pois, cada necessidade humana fundamental não satisfeita, gera uma pobreza humana: a pobreza de subsistência, de proteção, de afeto, de conhecimento, de participação entre outras.

O conceito de pobreza inclui ainda, a negação subjetiva da pobreza por parte dos pobres: na medida do possível, eles preferem não se reconhecer como tais. Para José de Souza Martins (1997) o que se chama de pobreza, em termos concretos, é privação: privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade e privação de esperança. Nesta perspectiva, os pobres veem-se privados de satisfazer as necessidades humanas fundamentais, ou seja, lhes são negados os mínimos sociais que tem como ponto de partida o “direito humano” e o acesso a certos bens considerados elementares para a sua sobrevivência.



Segundo Naila Kabeer (1998) a pobreza pode ser vista como uma forma dual de privação: privação de necessidades e privação dos meios de satisfazer estas necessidades. No primeiro caso estão as necessidades como alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde. No segundo nível, a possibilidade de acesso a estes meios se relaciona com o exercício da cidadania e conquista dos direitos. Estes são gerados mediante regras, normas e práticas institucionais que por sua vez outorgam direitos a mulheres e homens de forma diferente e desigual em distintos grupos sociais.

É importante reconhecer que os componentes das definições de pobreza mudam no tempo e no espaço, dependendo não só dos avanços havidos no crescimento econômico senão também das modificações no plano cultural, o qual incide diretamente sobre os parâmetros para medir os “satisfatores” das necessidades de subsistência.

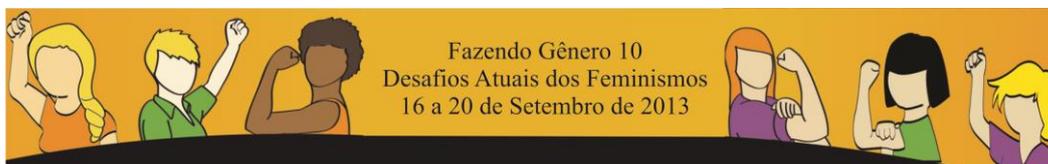
De acordo com Anna Ayuso (2006), a referência para medir a linha da pobreza extrema, que na primeira meta do milênio a situava em menos de um dólar por dia não se ajusta ao contexto econômico e social da maioria dos países latino-americanos. Alguns indicadores básicos para medir a linha da pobreza, conforme a CEPAL seriam:

população abaixo do consumo mínimo alimentar; desnutrição infantil de crianças com menos de 5 (cinco) anos de idade; proporção de pessoas com escolarização primária completa; taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 (cinco) anos de idade; taxa de mortalidade materna; proporção de crianças vacinadas contra enfermidades infecciosas; proporção de nascimentos atendidos por profissionais da área da saúde qualificados; redução da propagação do vírus HIV/AIDS; proporção de doenças infecto-contagiosas; e proporção de pessoas com acesso a água potável Ayuso (2006, p. 106).

As diferentes dimensões arroladas acima comprovam que a pobreza tem uma multiplicidade de manifestações que obedecem a diversas causas. Por esse motivo, sua redução exige desenvolver estratégias integrais que abordem diferentes dimensões e se adaptem as necessidades específicas de cada grupo ou território, sem esquecer os efeitos sistêmicos.

As diferentes dimensões da pobreza refletidas junto às mulheres que frequentam os CRAS da Grande Florianópolis.

Para conhecer as diferentes dimensões de pobreza foram selecionados cinco Centros de Referência de Assistência Social - CRAS que desenvolvem projetos dirigidos às mulheres pobres em Florianópolis, e entrevistadas 45 (quarenta e cinco) mulheres inscritas nessas instituições. Destas, 11 mulheres são negras, correspondendo a 24% das mulheres que se consideram pobres, o que vem confirmar as afirmações de que entre as mulheres pobres, as negras estão na base da pirâmide do nível de pobreza.



As mulheres entrevistadas encontram-se na faixa etária entre 15 a 65 anos de idade sendo que 30 delas possuem entre 21 e 40 anos de idade. Dez delas são naturais de Florianópolis, quatro nasceram e residem em Tijucas, dezoito delas migraram para a capital de cidades do interior do Estado como Chapecó, São Miguel do Oeste, Videira, Lages, Urubici, Criciúma entre outras. Duas delas são provenientes de São Paulo, três do Paraná, seis vieram do Rio Grande do Sul e quatro são procedentes da Bahia.

A renda familiar de vinte e seis (57%) das mulheres entrevistadas é de até um salário mínimo; as famílias de dezesseis delas recebem até dois salários mínimos, duas até três salários mínimos e somente uma recebe até três salários mínimos.

Educação como oportunidade de ingresso no mercado de trabalho

As disparidades no acesso a educação é uma das formas de contribuir para a desigualdade entre homens e mulheres, como constatamos nos dados tabulados nas entrevistas. Considerando que sete mulheres não sabem ler nem escrever, três delas somente leem e escrevem “alguma coisa”; nove cursaram somente os primeiros quatro anos de escola e dez frequentaram até a oitava série. Constata-se que este déficit na educação manifesta-se quando procuram ingressar no mercado de trabalho, ou seja, uma parcela significativa delas (treze) declarou estar desempregada e dez se assumem como “donas de casa”. Aquelas que exercem uma atividade remunerada possuem empregos como serviços de limpeza, empregadas domésticas, entre outros. Esta relação entre a falta de estudo e pobreza também apareceu em mais de um depoimento: “*Ser pobre para mim é quando não tem estudo*”. “*Homens têm mais dificuldade para estudar e entram com facilidade no mundo das drogas*”. “*Algumas mulheres têm dificuldades para estudar porque engravidam cedo.*”

Chama atenção as respostas de algumas mulheres que passaram por situações que implicam em mudanças irreversíveis na vida das mesmas (por exemplo, uma gravidez na adolescência) afetando as oportunidades de estudo e trabalho: “*Estudei até a sétima série, estava fazendo supletivo e parei quando engravidei*”. “*Parei no primeiro ano do segundo grau, pois tive uma gravidez de risco*”. “*Estudei até a segunda série. Morava com meu irmão e minha cunhada não me deixou estudar, porque eu tinha que cuidar do filho deles.*”

De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, sem educação de qualidade as mulheres não conseguem acesso a empregos bem-pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política. Educação e alfabetização reduzem índices de mortalidade infantil, ajudam a diminuir a gravidez na adolescência e as taxas de



fertilidade. A importância da alfabetização feminina é enorme, considerando que as mulheres ainda constituem dois terços da população analfabeta mundial.

As unidades domésticas como espaço de empoderamento e superação da pobreza

Em relação aos dados sobre Habitação, dezoito moram em casa alugada, cinco em casa cedida e somente dezenove possuem casa própria. Destas, em doze casos a documentação do imóvel não está no seu nome, e uma das mulheres não possui nenhum tipo de documentação do imóvel. Duas entrevistadas residem em um terreno partilhado, uma mora com a Mãe e outra mora com uma família que a acolheu, desde os quinze anos de idade. A concepção de pobreza de alguma das entrevistadas está ligada à moradia: *“Ser pobre para mim é não ter onde morar...”*; *“... é quando não tem casa própria”*; *“... é quando não tem um lar! Eu tenho medo de parar na rua...”*; *“... é quando não tem onde morar nem o que comer”*.

Para John Friedmann (1996, p. 33)

A unidade doméstica pode ser definida como um grupo residencial de pessoas vivendo sob o mesmo teto e comendo da mesma panela. Cada unidade doméstica constitui uma política e uma economia em miniatura; é a unidade elementar da sociedade civil. As pessoas que residem numa unidade doméstica podem estar ou não ligadas por laços de sangue. Cada unidade doméstica empreende um processo diário de tomadas de decisão conjuntas. Esta forma de decidir pode ser cristalizada numa divisão tradicional de trabalho por gênero e idade, ou ser mais ou menos aberta e conflituosa.

Para este autor, “não são os indivíduos, mas as unidades domésticas que são ‘pobres’, a própria pobreza deve ser redefinida como um estado de desempoderamento” Friedmann (1996, p. 50). As mulheres pobres são excluídas dos direitos mínimos porque suas famílias não tiveram ou não têm acesso ao poder social para melhorar as condições de vida de seus membros; elas não têm acesso ao poder político porque não compartilham as tomadas de decisões; não possuem o poder da voz, nem o da ação coletiva. Da mesma forma, não têm acesso ao poder psicológico que decorre da consciência individual de força e manifesta-se na autoconfiança. Em suma, não são consideradas cidadãs.

Portanto, a motivação primária consiste na superação da pobreza, que por sua vez exige a tomada de consciência, principalmente por parte das mulheres pobres, de seu poder social, político e psicológico. No combate à pobreza, o empoderamento orienta-se para a conquista da cidadania, isto é, a conquista da plena capacidade de um ator individual ou coletivo de usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos.



O trabalho como valor e como a principal estratégia de sobrevivência

Das 45 entrevistas dezenove começaram a trabalhar entre 11 e 15 anos de idade o que certamente prejudicou os estudos; treze delas iniciaram uma ocupação remunerada entre os 16 a 20 anos de idade. Uma disse ser uma vitória iniciar o trabalho aos 38 anos. Entre as atividades mais citadas estão as relacionadas ao trabalho doméstico, seguida de serviços de limpeza e serviços gerais. Treze delas mencionaram que quando pequenas trabalhavam na roça, na lavoura e uma descascava berbigão.

O trabalho é um grande valor para a maioria das entrevistadas, é a principal estratégia de sobrevivência. Por isso um grande número designa a pobreza como “falta de trabalho”: *“Ser pobre para mim é não ter trabalho”*; *“Quando não tem trabalho.”* *“A partir do momento que fica desempregado ; “Quando falta o financeiro, quando não tem trabalho.”*

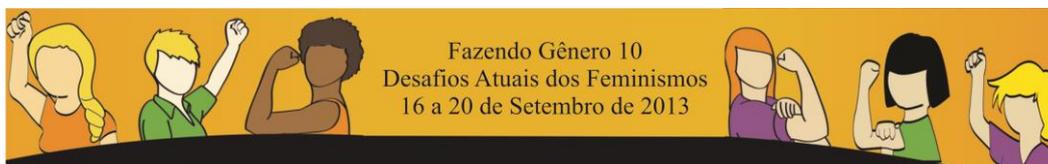
No contexto das recorrentes crises econômicas e das medidas de ajuste estrutural, as mulheres tem se incorporado de forma crescente aos mercados de trabalho; porém, isto não tem trazido como consequência, uma melhora nas suas condições materiais e em sua situação no interior dos espaços domésticos.

Ao serem indagadas se já tiveram que parar de trabalhar por causa de algum motivo importante relacionada à família, treze mulheres responderam positivamente atribuindo o motivo a doença de algum membro da família. Contudo, quatro delas responderam que pararam de trabalhar, pois o marido não permite, enquanto que outras treze responderam que estão sem trabalhar, pois não tem onde deixar os filhos.

Quando perguntadas sobre “qual foi a maior dificuldade ao buscar o último emprego?”, as respostas mais frequentes foram: *“Exigiam mais estudo”*; *“Exigiam que não tivesse filhos”*; *“Pediam que tivesse experiência”*; *“Me faltavam documentos”*; *“Falta de creche para deixar meus filhos”*. Uma das respostas chamou atenção: *“Minha maior dificuldade foi à idade. O mercado quer gente nova, idade é doença!”*

Das 11 mulheres negras entrevistadas quatro sofreram preconceito ao solicitar trabalho, nove trabalham em serviços de limpeza ou de faxina e duas permanecem em casa “cuidando do lar”.

Corroboram com a prioridade em relação a alimentação (comida) as respostas relacionadas a percepção de pobreza da maioria das mulheres entrevistadas: *“Ser pobre para mim é não ter o que comer”*; *“Quando falta dinheiro, comida, quando a casa fica sem luz e sem água. Mulher sofre mais, pois fica com os filhos...”*; *“Quando não tem recursos nenhum, nem dinheiro nem alimento.”*



Mulheres pobres chefes de família, mais encargos, menos proventos

Ao perguntar “qual o nível de participação do pai de seus filhos, no quesito financeiro e na ajuda para a educação”, 19 mulheres responderam que recebem auxílio financeiro e 18 obtém ajuda no que se refere a gastos para a educação dos filhos. Das 45 mulheres entrevistadas, quinze mulheres são chefes de família, o que tem contribuído em parte para o conceito de feminização da pobreza.

Somente quatro mulheres chefes de família recebem pensão alimentícia para ajudar na sobrevivência dos filhos e onze não recebem nenhum tipo de ajuda dos ex-maridos ou companheiros. Alguns depoimentos mostram o descaso dos homens em relação a seus filhos: *“Nenhum dos meus filhos é registrado no nome do pai, e um deles nem conhece o pai”*. *“Às vezes o pai do meu filho leva alguma coisa, mas, como agora ele está namorando, quase não procura mais o filho”*. *“Meu filho não conhece o pai”*. *“Já pedi a pensão para o pai dos meus três filhos há quatro anos, mas a justiça é lenta.”*

As mulheres chefes de família demonstram grande preocupação em relação aos filhos e manifestam que *“viver na pobreza tem a ver com a falta de serviços públicos como escola, transporte, água, luz e rede de esgoto, mas principalmente com o problema das drogas e da falta de segurança”* no Bairro onde residem. O maior desejo de algumas mulheres chefes de família é *“que meus filhos estudem para subir na vida e sair da pobreza”*, referindo-se ao conseqüente rompimento da transmissão intergeracional da pobreza. Na maioria dos casos, as famílias chefiadas por mulheres recebem menos ingressos que as chefiadas por homens porém, nas primeiras ocorre uma distribuição mais igualitária dos recursos para garantir a sobrevivência dos filhos e um melhor nível de bem estar.

O lazer das mulheres entrevistadas resume-se em assistir Televisão, passear e visitar parentes ou amigos, frequentar domingueiras para dançar e escutar rádio.

Definindo as necessidades básicas das mulheres entrevistadas

John Friedmann, (1996, p. 63) recorda que na conferência das Organizações Unidas, em 1976, as necessidades básicas foram definidas incluindo: a) necessidades mínimas de uma família para consumo privado (alimento, abrigo, vestuário, etc.); b) serviços essenciais de consumo coletivo proporcionados por e para a comunidade em geral (água potável, saneamento, eletricidade, transporte público e serviços de saúde e educação); c) a participação popular na tomada de decisões que as afetem; d) - a satisfação de um nível absoluto de necessidades básicas dentro de um quadro



mais vasto de direitos humanos básicos; e) o emprego simultaneamente como meio e fim numa estratégia de necessidades básicas.

O quadro abaixo mostra as necessidades básicas definidas pelas mulheres entrevistadas:

Principal necessidade	Número
Dinheiro	30
Amigos	2
Emprego	9
Acessos ao sistema de saúde	11
Educação para os filhos	12
Lazer	3
Transportes	2

Para Nancy Fraser (1991), o tema das necessidades estabelece relação direta com a formulação de políticas públicas e o debate sobre suas reivindicações. É uma correlação de forças entre Estado e Sociedade Civil porque o conflito político é explicitado e é através dele que as desigualdades se elaboram e são problematizadas. Para a autora, o discurso sobre as necessidades tem-se institucionalizado e se tornado um tema central do discurso político coexistindo com os discursos sobre direitos e sobre os interesses dos cidadãos.

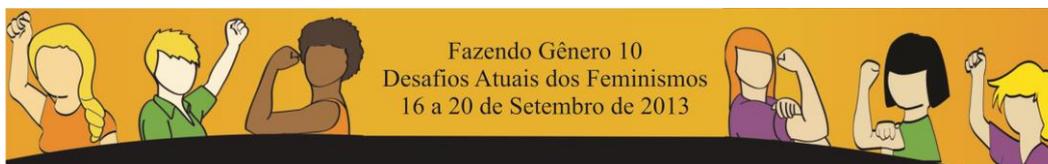
Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para as mulheres saírem da pobreza

Resgatar as mulheres como sujeito das políticas, para Silveira (2004, p. 70)

implica construir canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulheres nos governos democráticos em seus diversos níveis, federal, estadual e municipal em interlocutores válidos para construir as pautas políticas e articuladores gerais das políticas públicas prioritárias.

As políticas públicas para mulheres, ao longo da história, têm sido elaboradas e propostas por homens, dentro de uma concepção e perspectiva masculina, hierárquica e paternalista, sem levar em conta as reais necessidade e demandas das mulheres, pois dificilmente elas são ouvidas ou convidadas a participar.

Cabe ao Estado elaborar políticas que reconheçam a desigualdade de poder entre homens e mulheres e resultem em um impacto diferenciado para homens e mulheres. Um Estado democrático



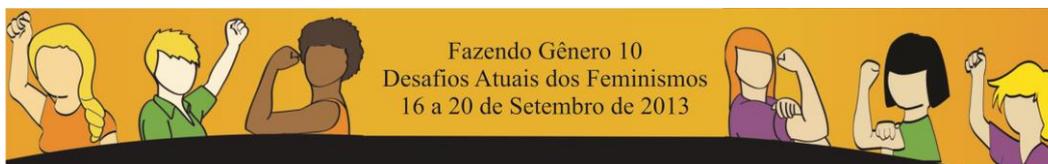
deve reconhecer e legitimar ações específicas voltadas ao fortalecimento das mulheres que, enquanto coletivo social, estão em condições subordinadas na sociedade. Por isso, “é decisivo encarar as mulheres como sujeito da transformação (...)” (Silveira, 2004, p. 70).

Reconhecendo que as mulheres tem capacidade para propor políticas que lhes dizem respeito, perguntamos a elas: “Se Você fosse uma política, tivesse um cargo importante e pudesse fazer as leis, que tipo de leis você faria para as mulheres que são pobres ou sozinhas, chefes de família?” O quadro abaixo reflete as propostas e respectivamente o número de mulheres que as indicou:

Criação de um auxílio renda	14
Mais segurança	5
Melhor atendimento na área da saúde	11
Mais empregos	17
Mais creches	26
Transporte barato e mais eficiente	6
Criação de áreas de lazer	7
Outros	5

Das 45 entrevistas, a opção mais indicada foi a criação de creches, o que reflete uma necessidade básica que vem sendo desconsiderada pelos governantes. Outras opções de políticas para mulheres podem ser contatadas nos depoimentos que seguem: “*Construir casas para elas viverem*”; “*Aumentaria o bolsa família*”; “*A criação de cursos profissionalizantes para as mulheres*”; “*Apoio para dependentes químicas*”; “*Cursos de capacitação para conseguir empregos*”; “*Em primeiro lugar um lar e depois uma profissão para sobreviver, uma fonte de renda*”.

Essas propostas de políticas publicas vem acrescidas de outras necessidades básicas refletidas nas respostas à pergunta: “O que você gostaria de realizar e não consegue por problemas financeiros?” Seguem os depoimentos destacando predominantemente as questões relacionadas a falta de habitação ou a precariedade da mesma: “*Ter minha casa própria*”; “*Reformar a casa, pois está caindo*”; “*Terminar a casa e dar para a minha filha mais velha o que ela precisa*”; “*Ajudar meus pais, dar uma casa melhor para eles*”; “*Terminar a construção da minha casa, terminar o*



banheiro”; “Reformar a minha casa”; “Construir uma casa nova”; “Ter uma casa de alvenaria”; “Ter uma casa própria no meu nome, para ficar longe do meu marido”.

Constata-se uma vez mais, que as unidades domésticas são centrais para a produção das condições de vida das mulheres. É dentro das suas casas que as mulheres desenvolvem estratégias de sobrevivência, é onde ocorre a esfera mais ampla da prática do cotidiano, do espaço da vida e do espaço econômico. Retomando o argumento de John Friedmann (1996) “não são os indivíduos mas as unidades domésticas que são pobres”.

As demais falas das mulheres em relação a necessidades e propostas de políticas públicas vem ao encontro de melhor atendimento na área da saúde e oportunidade de estudo e trabalho, como podemos constatar: *“O que eu mais desejo é conseguir fazer a cirurgia da minha mãe”; “Ajudar financeiramente a minha mãe e meu primo que tem câncer”; “Pagar um plano de saúde para meu pai que está doente”; “Fazer chinelos decorados, mas não tenho dinheiro para comprar o material(..)”; “O sonho da minha vida é fazer faculdade ou o magistério. Pobre não tem nem informação”; “Quero uma vida melhor para a minha filha”; “Fazer cursos e ter condições para frequentar esses cursos”;*

Vera Soares (2006, p. 117) destaca o papel do Estado na implementação de políticas públicas para igualdade entre homens e mulheres:

As políticas voltadas à equidade de gênero devem enfrentar os eixos centrais que constroem a desigualdade cotidianamente, ou seja, a falta de autonomia pessoal e econômica, a desigualdade na divisão sexual do trabalho, na família, a autonomia do corpo e a sexualidade, o racismo e os preconceitos e romper com o silêncio e a invisibilidade das vozes das mulheres.

Conceber políticas que visem a igualdade entre homens e mulheres, para Vera Soares (2006) significa que o Estado tem que incorporar a perspectiva de gênero em suas políticas: reconhecer as diferentes orientações sexuais dos indivíduos, entender a articulação entre as questões raciais e de gênero, prevenir a gravidez na adolescência e garantir o direito das mulheres que trabalharam fora.

Para agir nestes eixos que constroem a desigualdade, Vera Soares (2006) propõem que as políticas públicas devem incidir nos seguintes âmbitos:

- a) na desigualdade de gênero, que surge das construções socioculturais e históricas;
- b) na divisão sexual do trabalho, que faz com que a designação quase exclusiva das tarefas domésticas de caráter reprodutivo e de cuidado das pessoas caibam às mulheres;
- c) no acesso diferenciado, do uso e do controle dos recursos produtivos (do trabalho, terra, capital, informação, novas tecnologias, recursos naturais);
- d) na distribuição desigual do poder, entre homens e mulheres e nas dificuldades que as



mulheres encontram para participar ativamente dos processos de decisão, tanto em casa, como na comunidade, na sociedade.

Para que sejam assegurados canais para que as mulheres pobres possam participar nas instâncias de definição, implantação e monitoramento de políticas públicas, o conceito de empoderamento institucional cunhado por Deepa Narayan (2002, apud Estrada e Barba, 2006, p. 298) permite analisar a relação das mulheres com Instituições formais e informais.

Empoderamento institucional, para a autora “é uma mudança nas relações desiguais formais (estado, setor privado, sociedade civil) e informais (redes de parentes e vizinhos)” Narayan (2002, p. 18). As políticas estatais e a cultura institucional moldam as ações sociais e é importante levar em conta que os pobres merecem instituições que os escutem e os tratem com respeito. As mudanças nas relações institucionais dependem em parte da gestão, mas também da presença e pressão de cidadãos bem informados e organizados.

Narayan (2002) aponta quatro elementos chaves para o empoderamento institucional: acesso a informação; inclusão e participação; prestação de contas; e capacidade de organização local.

Iorio (2002) propõe que os governos devem assegurar canais para que as pessoas e os grupos de pessoas vivendo na pobreza, principalmente as mulheres, possam fazer parte de instâncias de definição, implantação e monitoramento de políticas mais gerais (como orçamento participativo, conselhos de políticas sociais, segurança alimentar, previdência, conselhos de saúde, educação) e de programas de combate à pobreza e à exclusão. A participação é um elemento constitutivo das estratégias de empoderamento.

Cabe ressaltar que o processo de empoderamento é visto como estreitamente relacionado ao de participação. Experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação possibilitam processos de empoderamento e que estas metodologias favorecem o estabelecimento de políticas e práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das pessoas vivendo na pobreza. É importante a promoção e a implementação de processos participativos na gestão das políticas.

Por isso, o “empoderamento” é indicado como passo inicial de um processo mais amplo de conquista da cidadania, que deve ser facilitado através da participação em projetos com vistas a propor demandas de políticas públicas.

Referências

AYUSO, Anna. *Pobreza, desigualdade y cohesión social: más allá de los Objetivos del Milenio* (Pensamiento Iberoamericano). In: PIPITONE, Ugo e SANAHUJA, José Antonio (coord.s). La



nueva agenda de desarrollo de América Latina. México y Madri. Agencia Española de Cooperación Internacional y Fundación Carolina, 2006.

FRIEDMAN, John. *Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras, Celta, 1996.

IORIO, C. *Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos*. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. P. 21-44

LAGARDE, Marcela. *Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia*. Madrid, Horas & Horas, 1996

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

BANDEIRA, Lourdes e VASCONCELOS, Marcia. *Equidade de gênero e políticas públicas: reflexões iniciais*. Vol. 3. Brasília: AGENDE, 2002.

BANDEIRA, Lourdes. *Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. In: PEREIRA DE MELO, Hildete & BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil. CEPAL. Série Mujer y Desarrollo. N.66. Jun/2005. pp.43-76.

ESTRADA, Sílvia Lopez e BARBA, Gerardo Ordóñez. *Pobreza Feminina y Políticas de Género: el Programa Jefas de Familia em Tijuana*, Baja California, El Colégio de la Frontera Norte, 2006

GUZMÁN, V. *A equidade de gênero como tema de debate de políticas públicas*. In: FARIA, N.; Silveira, M. L.; Nobre, M. (Orgs.) *Gênero nas políticas públicas*. São Paulo: SOF, 2000. 104 p. (Coleção Cadernos Sempre Viva). P. 63-86

SOARES, Vera. *Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes*. In: GODINHO T. e SILVEIRA M. L. da (org.s) *Políticas públicas de gênero: impasses e desafios – políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).